

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE ODONTOLOGIA**

LOUISE DE ARAÚJO RODAS

**ATENÇÃO À SAÚDE DE MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS DO BRASIL**

**PATOS- PB
2023**

LOUISE DE ARAÚJO RODAS

**ATENÇÃO À SAÚDE DE MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Odontologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Elizandra Silva da Penha.

**PATOS- PB
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado Bibliotecas – SISTEMOTECA/UFMG

R685a

Rodas, Louise de Araújo

Atenção à saúde de minorias sexuais e de gênero nos cursos de odontologia das instituições de ensino públicas do Brasil. / Louise de Araújo Rodas. – Patos, 2023.

30 f.

Orientador: Elizandra Silva da Penha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Unidade Acadêmica de Odontologia.

1. Ensino. 2. Minorias sexuais e de Gênero. 3. Odontologia. I. Penha, Elizandra Silva da, *orient.* II. Título.

CDU 37:616.314

LOUISE DE ARAÚJO RODAS

**ATENÇÃO À SAÚDE DE MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Odontologia da Universidade Federal de
Campina Grande – UFCG, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel
em Odontologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Elizandra Silva da
Penha.

Aprovado em: 24/05/23.

BANCA EXAMINADORA

Elizandra S. da Penha

Prof^a Dra. Elizandra Silva da Penha – Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande

Abraão Alves de Oliveira Filho

Prof^o Dr. Abraão Alves de Oliveira Filho – 1^o membro
Universidade Federal de Campina Grande

Luciana Ellen Dantas Costa

Prof^a Dra. Luciana Ellen Dantas Costa – 2^o membro
Universidade Federal de Campina Grande

Dedico esse trabalho primeiramente à Deus, que me deu força e coragem nessa longa caminhada.

Ao meu esposo Gustavo, que de forma carinhosa me deu amparo, me apoiando nos momentos de dificuldades.

À minha filha, Catarine, que embora não tenha conhecimento disto, mas ilumina de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

E à toda minha família, em especial meus pais, por dividirem esse sonho comigo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à **Deus**, pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados durante os anos da graduação, me dando saúde e determinação para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais **Rita de Cássia** e **Luiz Antônio**, e a minha avó **Terezinha**, por nunca medirem esforços para que eu pudesse ter o melhor.

Ao meu esposo **Gustavo**, por ser minha fortaleza e maior apoiador. Todas as vezes que eu pensei em desistir, você segurou minha mão.

À minha amada filha **Catarine**, luz da minha vida, meu bem mais precioso! Seu amor me faz uma pessoa melhor a cada dia que passa.

Aos meus amigos da graduação, em especial **Rafael**, minha dupla, por fazer essa caminhada se tornar mais leve com momentos felizes e de companheirismo.

À professora **Elizandra**, por ser minha orientadora e ter desempenhado sua função com tanta dedicação e amizade! Sem você e seus conhecimentos esse trabalho não seria possível. Suas palavras de conforto e sua compreensão foram essenciais nesses últimos meses.

À todas as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

“É justo que muito custe o que muito vale”.

(Santa Teresa D'Ávila)

RESUMO

As minorias sexuais e de gênero, conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+, é o termo que se refere ao grupo social cuja identidade de gênero, orientação ou prática sexual diferem da maioria da sociedade que vivem. Nesse contexto, o cirurgião-dentista precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo para oferecer um serviço odontológico de qualidade, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constatando-se o papel indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de Odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Esse estudo apresenta-se como uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa, com amostra constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de Odontologia das IES públicas de todo o país, cujo objetivo foi avaliar componentes curriculares que abordam a temática da atenção à saúde a partir das minorias sexuais e de gênero, nos cursos de odontologia de IES públicas do Brasil. Os resultados mostraram que, em 2022, existiam cinquenta e sete IES ofertando cursos de odontologia no Brasil, sendo a maior parte no sudeste e nordeste. Apenas cinco IES, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, ofertam disciplina que aborde temas e conteúdos relacionados à saúde de minorais sexuais e de gênero, sendo a distribuição similar para disciplinas optativas e obrigatórias, com carga horária variando de 30h a 60h, em sua maioria no 3º semestre de graduação. Observou-se, portanto, que esse tema ainda é pouco abordado nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão e acolhimento dessa comunidade.

Palavras-chave: Ensino. Minorias Sexuais e de Gênero. Odontologia.

ABSTRACT

Sexual and gender minorities, known as the LGBTQIAPN+ community, is the term that refers to the social group whose gender identity, sexual orientation or practice differs from that of the majority of the society in which they live. In this context, the dental surgeon needs to recognize the heterogeneity of this group in order to offer a quality dental service, in a way that conveys confidence and offers adequate assistance, verifying the indispensable role of teaching sexual and gender diversity in the dental courses of the Higher Education Institutions (HEI) of the country. This study presents itself as a cross-sectional research with a quantitative approach, with a sample consisting of the pedagogical plans of the dentistry courses of public HEIs from all over the country, whose objective was to evaluate curricular components that address the theme of health care from sexual and gender minorities in the dentistry courses of public HEIs in Brazil. The results showed that, in 2022, there were fifty-seven HEIs offering dentistry courses in Brazil, most of them in the southeast and northeast regions. Only five HEIs, in the Northeast, Southeast and South, offer subjects that address themes and content related to the health of sexual and gender minorities, with a similar distribution for optional and mandatory subjects, with course load varying from 30h to 60h, mostly in the 3rd semester of graduation. It was observed, therefore, that this theme is still little addressed in public universities, demonstrating the need to rethink the pedagogical plans of dental courses, seeking to promote the inclusion and welcoming of this community.

Keywords: Dentistry. Sexual and Gender Minorities. Teaching.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

	Página
Tabela 1. Distribuição da presença de disciplinas e sua característica (optativa ou obrigatória) nos cursos de odontologia das instituições públicas do Brasil.	20
Tabela 2. Presença e ausência de pré-requisitos para as disciplinas por região do Brasil	23
Gráfico 1. Semestre em que é ofertado disciplinas que abordem temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorais sexuais e de gênero, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.	24
Gráfico 2. Carga horária das disciplinas, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
GGB	Grupo Gay da Bahia
IES	Instituições de Ensino Superior
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo e Assexual
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Queer, Intersexo, Assexual, Panssexuais, Não – binária e mais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA A HOMOSSEXUALIDADE	12
2.2	POLÍTICAS DE SAÚDE PARA AS POPULAÇÕES LGBT NO BRASIL	12
2.3	VULNERABILIDADE SOCIAL E SEU IMPACTO NA SAÚDE	13
	REFERÊNCIAS	15
3	ARTIGO	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

1 INTRODUÇÃO

As minorias sexuais e de gênero, ou mais atualmente conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual, panssexuais, não – binária e mais) se refere a uma população menos favorecida socialmente, sendo inferiorizada e marginalizada. Este grupo abrange a diversidade de sexo biológico, orientação sexual, práticas sexuais, identidade e expressão de gênero (OLIVEIRA, 2020).

Em 2010, o Ministério da Saúde do Brasil lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, proporcionando um avanço significativo para o atendimento da população LGBTQIAPN+ no cenário da saúde. Esta política contempla a participação social, a promoção, atenção e o cuidado à saúde e aponta que essa população, que se encontra em vulnerabilidade, necessita de um olhar diferenciado, para que seja atendida com equidade e qualidade (BRASIL, 2011). Recentemente, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Odontologia foram homologadas, apontando para a necessidade de, durante a formação do cirurgião-dentista, serem discutidas a diversidade sexual e de gênero, representando um avanço importante para a educação em competências culturais (BRASIL, 2021).

A relação entre usuários e serviços de saúde é considerada essencial para fortalecer a qualidade do atendimento. Uma formação do profissional em saúde regida por uma cultura acadêmica heteronormativa, ou seja, aquela centrada no comportamento heterossexual como normalidade, acarreta um déficit na formação de profissionais de saúde e dificulta a abordagem de temas, inerentes à sexualidade e aos tabus sociais (MÜLLER, 2013).

O cirurgião dentista, assim como outros profissionais da área da saúde, precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo e entender que, como uma comunidade, pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam maiores riscos à saúde do que o resto da população. Assim, é essencial que as instituições de ensino realizem adequações em seus currículos, inserindo temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, para que os discentes tenham o suporte necessário para o atendimento dessa população (RUSSEL & MORE, 2016). Portanto, para oferecer um serviço odontológico de qualidade aos pacientes que se encaixam como minorias sexuais e gênero, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constata-se o papel indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA A HOMOSSEXUALIDADE

Segundo os historiadores, os primeiros registros históricos da homossexualidade são de 1.200 a.C. Civilizações antigas da Índia, Egito, Grécia e América têm registros de períodos em que a homossexualidade era retratada em cerâmicas, esculturas e pinturas (ADAM; DUYENDAK; KROUWEL, 1999).

Nesse contexto, muitos afirmaram que a homossexualidade era “aceita” em diversas civilizações ao longo da história. Apesar disso, em muitos países, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais foram e ainda são constantemente violentados, presos, torturados e mortos sem a proteção das leis, que podem ser omissas, conter brechas ou até mesmo respaldar a violência contra essa comunidade (RODRIGUES, 2020).

Apenas em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais que, até então, a classificava como desvio e perversão (WELLE, 2020).

Historicamente, indivíduos que vivenciam práticas discordantes da norma heterossexual com expressões diversas de orientação sexual (isto é, desejo, atração afetiva pelo mesmo sexo ou por ambos) e de identidade de gênero (incongruência entre o sexo atribuído ao nascer e a percepção intrínseca de uma pessoa ser homem ou mulher) têm sido posicionados em um lugar de restrição de direitos, estando expostos a recorrentes experiências marginalizantes, que repercutem negativamente sobre o seu estado de saúde (SILVA, 2020).

2.2 POLÍTICAS DE SAÚDE PARA AS POPULAÇÕES LGBT NO BRASIL

No Brasil, o movimento LGBT começa a se desenvolver a partir da década de 70, em meio a ditadura civil-militar (1964-1985) (FERRAZ, 2017). As publicações alternativas LGBTs foram fundamentais para esse movimento, ocorrendo o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), a partir disso a formação da imprensa homossexual, a eclosão do MHB, o surgimento dos grupos de militância, a relação com os outros movimentos sociais, a ditadura militar seguida pela reabertura democrática, a chegada da AIDS no Brasil, levaram aos militantes da causa LGBTQIA+ lutar por direitos humanos básicos que até então eram negligenciados (SILVA, 2006).

Nos primeiros anos da década de 2000 foi criado, no Brasil, um conjunto de ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ enquanto direitos humanos fundamentais, cabendo mencionar, em particular, o direito à equidade de gênero e ao combate à violência contra estes. Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feministas e das minorias sexuais e de gênero, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governo de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista (CESAR *et al.*, 2017).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é um documento norteador e legitimador das especificidades de saúde da população LGBT. Foi aprovada no conselho nacional de saúde em 2009 e instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) através da portaria nº 2.836, de 1 dezembro de 2011. O principal objetivo desta política é promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional contribuindo para a redução da desigualdade, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais para consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2012).

A Política LGBT é composta por um conjunto de diretrizes cuja operacionalização requer planos contendo estratégias e metas sanitárias e sua execução requer desafios e compromissos das instâncias de governo, especialmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, dos conselhos de saúde e de todas as áreas do Ministério da Saúde (BRASIL, 2022).

No governo interino do ex-presidente Michel Temer (MDB), as demandas LGBTQIA+ passaram a ser somente de uma Diretoria do Ministério de Direito Humanos (2016). Mais recentemente, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, as pautas de diversidade sexual e de gênero retrocederam ainda mais, retirando das diretrizes de direitos humanos as minorias sexuais, que servem como base orientativa do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (GASTALDI *et al.*, 2021).

2.3 VULNERABILIDADE SOCIAL E SEU IMPACTO NA SAÚDE

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no país. No ano de 2020, 237 pessoas LGBTQIA+ brasileiras tiveram suas vidas encerradas devido à crimes de ódio (GASTALDI *et al.*, 2021). Apesar de registrar-se um número de mortes (homicídios, suicídios e latrocínios) significativamente menor que o ano

anterior (2019), alerta-se para a subnotificação e os efeitos provocados pela pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) que intensificou ainda mais o isolamento, tendo em vista que tal população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços (GASTALDI *et al.*, 2021).

A subnotificação de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, constitui um obstáculo ao verdadeiro e cruelíssimo dimensionamento dessa tragédia social, impedindo a construção de políticas públicas de enfrentamento e, o mais importante, erradicando a cultura da impunidade que cerceia as vidas desses sujeitos (GASTALDI *et al.*, 2021).

Evidencia-se que as vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas LGBT estão atreladas ao preconceito, à omissão de direitos, ao estigma social, à invisibilidade e à dificuldade de acesso aos serviços de saúde que se constituem como as principais barreiras para a não efetivação de um bem-estar biopsicossocial. Sabendo disso, vê-se a necessidade da implementação de políticas públicas para a promoção da saúde e a redução de LGBTfobia nos cenários sociais e de saúde (CATÃO *et al.*, 2015).

Estudo demonstra que as dificuldades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIA+ impactam o preconceito, a intimidação, práticas desumanizadas e antiéticas por parte dos profissionais de saúde, além do despreparo dos profissionais no atendimento às especificidades desse grupo (DAHLHAMER *et al.*, 2016). Destaca-se também que geralmente esta comunidade omite sua orientação sexual ou identidade de gênero ao buscar ajuda dos profissionais de saúde, bem como evitam realizar o acompanhamento em serviços de saúde devido ao medo da repulsa e ao enfrentamento de obstáculos no atendimento (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

A dificuldade de acesso a saúde por comunidades LGBTQIA+ não se resume a obstáculos em conseguir atendimento médico, mas também em entraves na busca por uma assistência odontológica adequada.

Os poucos estudos existentes sobre as questões a respeito da diversidade sexual e de gênero na Odontologia sugerem haver um desconhecimento em relação a essa população (MORE *et al.*, 2004), revelando uma desvalorização com esse grupo, inclusive dos estudantes de Odontologia que se auto identificam como LGBTQIA+ (BEHAR-HORENSTEIN *et al.*, 2014).

REFERÊNCIAS

- ADAM, B. D.; DUYENDAK, J. W.; KROUWEL, A. The Global Emergence of Gay and Lesbian Politics: National Imprints of a Worldwide Movement. **Contemporary Sociology**, v. 28, n. 5, pp. 598-600, 1999.
- BEHAR-HORENSTEIN, Linda S.; MORRIS, Dustin R. Dental school administrators' attitudes towards providing support services for LGBT-identified students. **Journal of Dental Education**, v. 79, n. 8, p. 965-970, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jun. 2021. ed. 115, Seção 1, p. 77.
- BRASIL. Ministério da Saúde (2012). **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília (DF). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 19 de jun de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. Instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional LGBT)**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 20 de ago de 2022.
- CATÃO, M.Ó.; FARIAS, C.L.D.; LIMA, D.M.C.; GÓES, L.C.M. **Social exclusion of the rights of citizenship: patterns and population lgbt mishaps of Campina Grande – PB** [Internet], v. 1, n. 7; p. 05-30, 2015.
- CÉSAR, M. R. DE A.; DUARTE, A. DE M.. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, n. 66, p. 141–155, out. 2017.
- DAHLHAMER, J.M.; GALINSKY, A.M.; JOESTL, S.S.; WARD, B.W. Barriers to health care among adults identifying as sexual minorities: a US National Study. **AJPH**.v. 6, n. 106, p. 1116-22, 2016.
- FERRAZ, T. Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia. **Politize**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>.
- GASTALDI, A. B. F.; MOTT, L.; OLIVEIRA, J. M. D.; AYRES, C. S. L. S.; SOUZA, W. V. F.; SILVA, K. V. C. Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2020: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Florianópolis: **Editora Acontece Arte e Política LGBTI+**, 79 p, 2021.
- MORE, F. G.; WHITEHEAD, A. W.; GONTHIER, M. Strategies for student services for lesbian, gay, bisexual, and transgender students in dental schools. **Journal of dental education**, v. 68, n. 6, p. 623-632, 2004.

MÜLLER, A. Teaching lesbian, gay, bisexual and transgender health in a South African health sciences faculty: addressing the gap. **BMC Medical Education**, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2013.

OLIVEIRA, G.S.; NOGUEIRA, J.A, COSTA, G.P.O.; SILVA, F.V.; ALMEIDA, S.A. Access by lesbians, gays, bisexuals and transvestites/transsexuals to the basic family health units. **Revista RENE**, v. 3295, n. 19, p. 1-7. 2018.

OLIVEIRA, S. W. Minorias sexuais e de gênero: Diversidade e adversidade. Journal: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 137-164, 2020.

RODRIGUES, V. C. S. O movimento LGBT vai ao mundo: uma análise históricodiscursiva de sua internacionalização. **O Cosmo Político**, v. 1, n. 1, 2020.

RUSSELL, S.; MORE, F. Addressing health disparities via coordination of care and interprofessional education: lesbian, gay, bisexual, and transgender health and oral health care. **Dental Clinics**, v. 60, n. 4, p. 891-906, 2016

SENA, Cristiano Pereira et al. **POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS LGBTQIA+ NO BRASIL**. In: I Congresso Nacional de Humanização na Saúde - Manaus AM , 2022. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/-conahus/trabalho/270795>>. Acesso em: 13/04/2023 à

SILVA, J. F.; COSTA, G. M. C. Prestación de atención de salud de las minorías sexuales y de género: revisión integrativa de la literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

SILVA, A. S. **Marchando pelo arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**. 2006. 636 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

WELLE, D. Há 30 anos OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. **Carta Capital**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retiravahomossexualidade-da-lista-de-doencas>

ARTIGO



Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)



Atenção à saúde de minorias sexuais e de gênero nos cursos de odontologia das instituições públicas do Brasil
Health care for sexual and gender minorities in dental courses of public institutions in Brazil

*Louise de Araújo Rodas**

*Júlia Kiara da Nóbrega Holanda***

*William Harvey Machado de Sousa Lacerda Oliveira****

*Abrahão Alves de Oliveira Filho*****

*Maria Angélica Sátyro Gomes Alves******

*Elizandra Silva da Penha******

RESUMO: As minorias sexuais e de gênero, conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+, é o termo que se refere ao grupo social cuja identidade de gênero, orientação ou prática sexual diferem dos da maioria da sociedade que vivem. Nesse contexto, o cirurgião-dentista precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo para oferecer um serviço odontológico de qualidade, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constatando-se o papel indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Esse estudo se apresenta como uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa, com amostra constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de odontologia das IES públicas de todo o país, cujo objetivo foi avaliar componentes curriculares que abordam a temática da atenção à saúde a partir das minorias sexuais e de gênero, nos cursos de odontologia de IES públicas do Brasil. Os resultados mostraram que, em 2022, existiam cinquenta e sete IES ofertando cursos de odontologia no Brasil, sendo a maior parte no sudeste e nordeste. Apenas cinco IES, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, ofertam disciplina que aborde temas e conteúdos relacionados à saúde de minorais sexuais e de gênero, sendo a distribuição similar para disciplinas optativas e obrigatórias, com carga horária variando de 30h a 60h, em sua maioria no 3º semestre de graduação. Observou-se, portanto, que esse tema ainda é pouco abordado nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão e acolhimento dessa comunidade.

Palavras-chave: Ensino. Minorias Sexuais e de Gênero. Odontologia.

ABSTRACT: Sexual and gender minorities, known as the LGBTQIAPN+ community, is the term that refers to the social group whose gender identity, sexual orientation or practice differs from that of the majority of the society in which they live. In this context, the dental surgeon needs to recognize the heterogeneity of this group in order to offer a quality dental service, in a way that conveys confidence and offers adequate assistance, verifying the indispensable role of teaching sexual and gender diversity in the dental courses of the Higher Education Institutions (HEI) of the country. This study presents itself as a cross-sectional research with a quantitative approach, with a sample consisting of the pedagogical plans of the dentistry courses of public HEIs from all over the country, whose objective was to evaluate curricular components that address the theme of health care from sexual and gender minorities in the dentistry courses of public HEIs in Brazil. The results showed that, in 2022, there were fifty-seven HEIs offering dentistry courses in Brazil, most of them in the southeast and northeast regions. Only five HEIs, in the Northeast, Southeast and South, offer subjects that address themes and content related to the health of sexual and gender minorities, with a similar distribution for optional and mandatory subjects, with course load varying from 30h to 60h, mostly in the 3rd semester of graduation. It was observed, therefore, that this theme is still little addressed in public universities, demonstrating the need to rethink the pedagogical plans of dental courses, seeking to promote the inclusion and welcoming of this community.

Keywords: Dentistry. Sexual and Gender Minorities. Teaching.

louiserodas20@gmail.com, juliakiaranh@gmail.com

<http://coopex.unifip.edu.br> (ISSN:2177-5052), v. 14, n.02. 1090- 1102p 2023

INTRODUÇÃO

As minorias sexuais e de gênero, mais atualmente conhecidas como comunidade LGBTQIAPN+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual, panssexual, não – binária e mais) se refere a uma população menos favorecida socialmente, sendo inferiorizada e marginalizada. Este grupo abrange a diversidade de sexo biológico, orientação sexual, práticas sexuais, identidade e expressão de gênero (Oliveira, 2020).

Em 2010, o Ministério da Saúde do Brasil lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, proporcionando um avanço significativo para o atendimento da população LGBTQIAPN+ no cenário da saúde. Esta política contempla a participação social, a promoção, atenção e o cuidado à saúde e aponta que essa população, que se encontra em vulnerabilidade, necessita de um olhar diferenciado, para que seja atendida com equidade e qualidade (Brasil, 2011). Recentemente, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Odontologia foram homologadas, apontando para a necessidade de, durante a formação do cirurgião-dentista, serem discutidas a diversidade sexual e de gênero, representando um marco importante para a educação em competências culturais (Brasil, 2021).

A relação entre usuários e serviços de saúde é considerada essencial para fortalecer a qualidade do atendimento. Uma formação do profissional em saúde regida por uma cultura acadêmica heteronormativa, ou seja, aquela centrada no comportamento heterossexual como normalidade, acarreta um déficit na formação de profissionais de saúde e dificulta a abordagem de temas, pelo profissional de saúde, inerentes à sexualidade e aos tabus sociais (Müller, 2013).

O cirurgião dentista, assim como outros profissionais da área da saúde, precisa reconhecer a heterogeneidade deste grupo e entender que, como um grupo, pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam maiores riscos à saúde do que o resto da população. Assim, é essencial que as instituições de ensino realizem adequações em seus currículos, inserindo temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, para que os discentes tenham o suporte necessário para o atendimento dessa população (Russel & More, 2016). Portanto, para oferecer um serviço odontológico de qualidade aos pacientes que se encaixam como minorias sexuais e gênero, de forma que transmita confiança e ofereça assistência adequada, constata-se o papel indispensável do ensino de diversidade sexual e de gênero nos cursos de odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Nessa perspectiva esse estudo teve como objetivo avaliar a cobertura curricular do conteúdo da atenção à saúde a partir das minorias sexuais e de gênero nos cursos de odontologia de IES públicas no Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

A proposta do estudo apresenta-se como uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa. Por não envolvimento de seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público (dados secundários), é dispensada sua apreciação pelo comitê de ética.

A amostra foi constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de odontologia das IES públicas de todo o Brasil. Os cursos foram identificados na base de dados oficial e única de informações relativas às IES, por meio do endereço eletrônico do Ministério da Educação (www.emec.mec.gov.br). Em seguida, a busca se destinou as páginas das instituições públicas, com o objetivo de obter, em cada uma, o plano pedagógico do curso (PPC) de odontologia.

Foram incluídos no estudo todos os cursos de Odontologia, das instituições públicas do Brasil, que se encontravam em atividade no ano de 2022. As instituições públicas que não possuíam canais de comunicação oficiais e que não apresentaram a estrutura curricular do PPC completa disponível via web foram excluídas.

A metodologia adotada foi descrita por Moura et al. (2022), onde a coleta de dados foi feita através de um formulário, preenchido de acordo com informações presentes no plano pedagógico de cada instituição. Ao ser verificada a presença de conteúdos relacionados ao ensino de diversidade sexual e de gênero, foram coletadas as seguintes variáveis: nomenclatura da disciplina, semestre no qual é ofertada, caráter obrigatório ou optativo, integração disciplinar, carga horária, assim como se a disciplina apresentava algum pré-requisito.

Os dados foram armazenados e tabulados utilizando o programa Microsoft® Excel v. 2010, no qual foi possível determinar resultados descritivos com a elaboração de frequências absolutas e percentuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a resolução nº 3, de 21 de junho de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Odontologia no Brasil, a formação do cirurgião-dentista deve capacitá-lo a atuar em todos os níveis de atenção à saúde e, para isso, deve haver uma formação generalista (Brasil, 2021).

Durante a graduação, é preciso que se aborde temas diversificados sobre a temática, como saúde mental, risco de doenças crônicas, terapias hormonais e suas consequências, orientação sexual, identidade de gênero e quais agravos em saúde bucal são mais comuns na

comunidade LGBTQIAPN+, e não somente HIV/AIDS, perpetuando um ciclo preconceituoso de estigma das minorias sexuais e de gênero (Alderete-Aguilar et al., 2017). Essas diretrizes levam à reflexão de como e quão bem os cursos de graduação em Odontologia estão preparando seus alunos sobre conteúdos relacionados a minorias sexuais e gênero.

Segundo Paranhos, Ricci, Scanavini, Bérzin e Ramos (2009), já havia 189 cursos de Odontologia – públicos e privados – no Brasil em 2009, concentrados principalmente nas regiões Sudeste e Sul. No que se refere a instituições públicas, em 2022 existiam cinquenta e sete que ofertavam o curso de odontologia no Brasil. A maior parte está concentrada na região Sudeste (21) e Nordeste (19). Apenas uma pequena parcela se distribui nas demais regiões: Sul (11), Norte (3) e Centro-Oeste (3). Em estudo, Cipriano et al. (2020) havia identificado maior presença dos cursos de Odontologia em IES públicas também nas regiões Sudeste (21) e Nordeste (20), o que demonstra manutenção dos cursos nessas instituições.

Os resultados do presente estudo mostraram que dentre cinquenta e sete IES, cinco não informam seu plano pedagógico no site da instituição, tendo sido excluídas desta pesquisa. Entre as instituições que apresentaram PPC online, apenas cinco ofertam alguma disciplina que aborde temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorias sexuais e de gênero. Quanto ao caráter obrigatório ou optativo, distribuição similar entre as disciplinas foram observadas (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da presença de disciplinas e sua característica (optativa ou obrigatória) nos cursos de odontologia das instituições públicas do Brasil.

	PRESENÇA DA DISCIPLINA	OPTATIVA	OBRIGATÓRI A
CENTRO OESTE	-	-	-
NORDESTE	11,7%	50%	50%
NORTE	-	-	-
SUDESTE	11,1%	-	100%
SUL	18,1%	100%	-

Fonte: Os autores.

De acordo com Sales, De Faria e Pina-Oliveira (2019), as IES representam *loci* privilegiados para ampliar discussões sobre mudanças curriculares, devendo a formação de graduação na área de saúde contemplar oportunidades no ensino, pesquisa e extensão capazes de contribuir para a reflexão sobre o cuidado integral, equitativo e emancipatório direcionado a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais e aliados (LGBTQTQIAA), uma vez que constituem grupos mais vulneráveis em distintas dimensões da saúde, do exercício da cidadania e da defesa de direitos relacionados à vida com dignidade. Nessa perspectiva, a presente pesquisa partiu da premissa de que seria constatada a capacitação dos estudantes para atendimento e acolhimento dessa população nos cursos investigados.

Feng et al. (2017) verificaram o conhecimento de alunos de três faculdades norte-americanas de odontologia sobre os atendimentos de saúde para a população LGBTQIA+, observando que os alunos afirmaram a falta de conhecimento, suporte e recursos para o atendimento desta população.

Cerqueira-Santos, Azevedo e de Miranda Ramos (2020), ao avaliarem o preconceito de estudantes de graduação de Odontologia, Medicina e Enfermagem de uma Universidade no Nordeste do Brasil contra a diversidade sexual, observaram que os estudantes que se referiram como não-heterossexuais apresentaram piores escores de saúde mental, enquanto estudantes homens heterossexuais apresentaram mais comportamentos de preconceito do que as mulheres heterossexuais.

Greene et al. (2018) abordaram a necessidade de maior inclusão de assuntos relacionados à comunidade LGBTQIA+ nos cursos Odontologia, Enfermagem e Medicina da Universidade da Pensilvânia; ao realizarem uma comparação do preparo para o atendimento desses pacientes nos três cursos, os alunos de odontologia foram os menos engajados aos questionários.

Heima, Heaton, Ng e Roccoforte (2017) avaliaram gatilhos de medo ao tratamento odontológico em pacientes transgêneros maiores de 18 anos e estes relataram medo da discriminação e como experiências discriminatórias influenciam nesse medo. Os fatores associados ao comportamento de risco para a saúde de jovens de minorias sexuais incluem perpetração do bullying homofóbico entre adolescentes heterossexuais do sexo masculino, bullying nas escolas, consumo de álcool e outras drogas, saúde mental prejudicada, rejeição parental e violências (Santos, da Franca & Menezes, 2021). A dificuldade de acesso a saúde por comunidades LGBTQIA+ não se resume a obstáculos em conseguir atendimento médico, mas também em entraves na busca por uma assistência odontológica adequada (Oliveira, Nogueira, Costa, da Silva & de Almeida, 2018). A exclusão social pode criar um estresse

substancial, afetando múltiplas facetas da vida, inclusive predispondo a maior risco de adquirir doenças (Varotto, Massuda, Nápole & Antequera, 2022).

Estudo demonstra que as dificuldades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ impactam o preconceito, a intimidação, práticas desumanizadas e antiéticas por parte dos profissionais de saúde, além do despreparo dos profissionais no atendimento às especificidades desse grupo (Dahlhamer, Galinsky, Joestl & Ward, 2016). Destaca-se também que geralmente esta comunidade omite sua orientação sexual ou identidade de gênero ao buscar ajuda dos profissionais de saúde, bem como evitam realizar o acompanhamento em serviços de saúde devido ao medo da repulsa e ao enfrentamento de obstáculos no atendimento (Oliveira, Nogueira, Costa, da Silva & de Almeida, 2018). A baixa oferta de disciplinas nos componentes curriculares dos cursos de Odontologia do Brasil, como demonstrado nesta pesquisa, contribui para esses sentimentos dos pacientes. Os poucos estudos existentes sobre as questões a respeito da diversidade sexual e de gênero na Odontologia sugerem haver um desconhecimento em relação a essa população (More, Whitehead & Gonthier, 2004), revelando uma desvalorização com esse grupo, inclusive dos estudantes de Odontologia que se auto identificam como LGBTQIAPN+ (Behar-Horenstein & Morris, 2015).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, dispõe que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, enquanto tais, possuem capacidade para gozar os direitos e as liberdades da DUDH sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Ao analisar se as disciplinas são teóricas, práticas ou teórico-práticas, os resultados mostraram que todas são teóricas. Dessa forma, todas essas disciplinas são ofertadas de maneira específica e não correlacionada as demais. Também foi observado que a maioria das disciplinas não exigem pré-requisito, com exceção da ofertada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Tabela 2. Presença e ausência de pré-requisitos para as disciplinas por região do Brasil.

	POSSUI PRÉ-REQUISITO	NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO	NÃO CONSTA INFORMAÇÃO
CENTRO OESTE	-		
NORDESTE	-	50%	50%
NORTE	-	-	-
SUDESTE	-	100%	
SUL	100%		

Fonte: Os autores.

Quando analisado o caráter da disciplina, observou-se a limitação ao conteúdo teórico, não havendo proposta de um eixo prático – que poderia contribuir para que os profissionais em formação sentissem maior segurança ao realizar os atendimentos ao público LGBTQIA+. Morris et al. (2019), realizaram uma revisão sistemática sobre estratégias para diminuição do viés de atendimento de pacientes LGBTQIA+ nos EUA, nas áreas de educação de Odontologia, Enfermagem e Medicina; as estratégias identificadas como positivas incluíram as que deixaram os alunos mais confortáveis para estes atendimentos e aumentaram o conhecimento dos alunos sobre as necessidades de saúde destes pacientes.

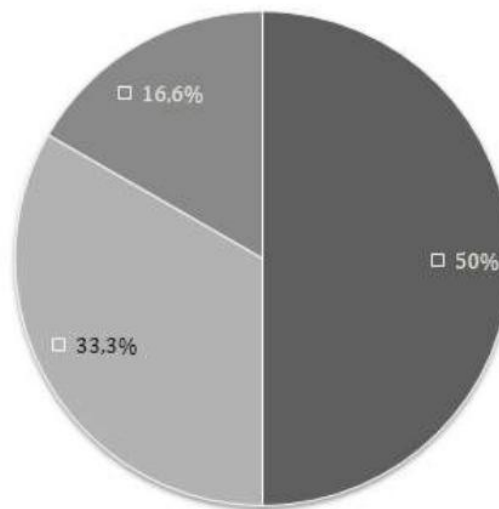
Em estudo de caráter nacional, nos Estados Unidos, Ludwig, Dodson e Morrison (2019) aplicaram um questionário sobre a experiência no atendimento da população LGBTQIA+ por residentes de Cirurgia Oral e Maxilofacial, observando que apenas 31% dos residentes tiveram contato com pacientes dessa população; além disso, em uma escala de 1=neutro a 3=muito importante, a média dos entrevistados informou que a importância de receber treinamento em cirurgia de afirmação de gênero foi de $1,37 \pm 0,94$.

Taylor, Condry e Cahill (2018) buscaram descrever o impacto de atividades educativas sobre a população LGBTQIA+ aplicadas a graduandos em Odontologia, Enfermagem e Medicina da Universidade de Bristol, observando que 69% dos alunos entrevistados referiram melhora de suas habilidades para atender pacientes LGBTQIA+ após as atividades.

Anderson, Patterson, Temple e Inglehart (2009) buscaram conhecer as percepções de líderes de turmas odontologia sobre o atendimento aos pacientes LGBTQIA+ e o suporte das instituições para essas pessoas, em 30 universidades norte-americanas; apenas 13% dos 113 alunos entrevistados responderam que a faculdade os preparou de forma adequada para atender pessoas não-heterossexuais. 76% disseram que seus cursos de graduação não abrangem conteúdos sobre esta população.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 53º, Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras devem estabelecer a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica (Brasil, 1996). Assim, as IES podem ofertar a disciplina da forma que julgarem mais adequada, do mesmo modo que possuem autonomia para não a ofertar. Em relação ao semestre ofertado, a maioria das disciplinas são ofertadas no 3º semestre, seguido do 2º semestre e 1º semestre (Gráfico 1). No que se refere a carga horária, a maior parte das disciplinas são ofertadas com 60h (Gráfico 2).

Gráfico 1. Semestre em que é ofertado disciplinas que abordem temas e conteúdos relacionados à saúde a partir de minorais sexuais e de gênero, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.



Fonte: Os autores.

Gráfico 2. Carga horária das disciplinas, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.



Fonte: Os autores.

Quanto as nomenclaturas utilizadas nas disciplinas, foram encontradas seis diferentes variações a depender da instituição: Relações étnico-raciais, Gênero e diversidade, Perspectivas sociais, culturais e políticas de atividade odontológica, Ciências humanas e sociais, Saúde e sociedade, Etnicidade, minorias e políticas públicas e Gênero e políticas públicas foram os nomes encontrados.

De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+s e também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo (Itaborahy & Zhu, 2012).

A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, aprovada no conselho nacional de saúde em 2009 e instituída no âmbito do sistema único de saúde (SUS) através da portaria nº 2.836, de 1 dezembro de 2011, é um documento norteador e legitimador das especificidades de saúde da população LGBTQIAPN+; com o objetivo de promover a saúde integral, eliminando a discriminação e o preconceito institucional contribuindo para a redução da desigualdade, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais para consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2011).

Evidencia-se que as vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ estão atreladas ao preconceito, à omissão de direitos, ao estigma social, à invisibilidade e à

dificuldade de acesso aos serviços de saúde que se constituem como as principais barreiras para a não efetivação de um bem-estar biopsicossocial (Santana, Lima, Moura, Vanderley & Araújo, 2020). Sabendo disso, vê-se a necessidade da implementação de políticas públicas para a promoção da saúde e a redução de LGBTfobia nos cenários sociais e de saúde.

Em estudo de Brondani et al. (2020), graduandos em Odontologia da Universidade de British Columbia reportaram que atividades educativas sobre a população LGBTQIA+, uso de drogas e responsabilidade social colaboraram com a quebra de estereótipos.

É imprescindível a participação dos diretores dos cursos, mas também dos docentes, nas transformações culturais necessárias ao ensino em Odontologia, havendo a necessidade do fomento de ambientes multiculturais saudáveis, capazes de efetivar, de fato, as políticas de não-discriminação que afirmam defender, promovendo a inclusão, aceitação e compreensão almejando a redução das desigualdades em saúde (More, Whitehead & Gonthier, 2004).

O estudo realizado apresentou limitações quanto as informações disponibilizadas nos planos pedagógicos das instituições públicas que ofertavam o curso de Odontologia, por não estarem disponíveis nas páginas das IES, ou quando presentes, encontravam-se de maneira incompleta, não sendo possível fazer a coleta dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações geradas nesse trabalho permitem demonstrar, através do componente curricular, que disciplinas abordando minorias sexuais e de gênero ainda são pouco ofertadas nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão e acolhimento dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALDERETE-AGUILAR, C., *et al.* (2017). Assessment of depression, anxiety, hopelessness and suicidal risk in HIV+ inpatients. *Salud mental*, 40(1), 23-27.
- ANDERSON, J. I., *et al.* (2009). Lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) issues in dental school environments: dental student leaders' perceptions. *Journal of dental education*, 73(1), 105-118.
- BEHAR-HORENSTEIN, L. S., & Morris, D. R. (2015). Dental school administrators' attitudes towards providing support services for LGBT-identified students. *Journal of Dental Education*, 79(8), 965-970.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei diretrizes e bases da educação nacional*, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021*. (2021). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 21 jun. 2021. ed. 115, Seção 1, p. 77.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011*. (2011). Instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional LGBT). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html> Acesso em: 20 de ago de 2022.
- BRONDANI, M., *et al.* (2020). Community as the teacher on issues of social responsibility, substance use, and queer health in dental education. *PloS one*, 15(8), e0237327.
- CERQUEIRA-SANTOS, E., Azevedo, H. V. P., de Miranda Ramos, M. (2020). Preconceito e saúde mental: estresse de minoria em jovens universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), 7-21.
- CIPRIANO, O. B., *et al.* (2020). Odontologia para pacientes especiais: análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil. *Research, Society and Development*, 9(2), 1–13.

- DAHLHAMER, J. M., *et al* (2016). Barriers to health care among adults identifying as sexual minorities: A US national study. *American journal of public health*, 106(6), 1116-1122.
- FENG, X., *et al* (2017). Dental students' knowledge of resources for LGBT persons: findings from three dental schools. *Journal of Dental education*, 81(1), 22-28.
- GREENE, M. Z., *et al* (2018). Comparing medical, dental, and nursing students' preparedness to address lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer health. *PLoS One*, 13(9), e0204104.
- HEIMA, M., *et al* (2017). Dental fear among transgender individuals-a cross-sectional survey. *Special Care in Dentistry*, 37(5), 212-222.
- ITABORAHY, L. P., & Zhu, J. (2012). Homofobia de Estado. Análise mundial das leis: criminalização, proteção e reconhecimento do amor entre pessoas do mesmo sexo, *Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersexuales*, 8.
- Ludwig, D. C., Dodson, T. B., & Morrison, S. D. (2019). US Oral and Maxillofacial Residents' Experience with Transgender People and Perceptions of Gender-Affirmation Education: A National Survey. *Journal of Dental Education*, 83(1), 103-111.
- More, F. G., Whitehead, A. W., & Gonthier, M. (2004). Strategies for student services for lesbian, gay, bisexual, and transgender students in dental schools. *Journal of dental education*, 68(6), 623-632.
- Morris, M., *et al* (2019). Training to reduce LGBTQ-related bias among medical, nursing, and dental students and providers: a systematic review. *BMC medical education*, 19, 1-13.
- Moura, A. B. R., *et al* (2022). Ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de Odontologia: análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil. *Research, Society and Development*, 11(3), e54311326830-e54311326830.
- Müller, A. (2013). Teaching lesbian, gay, bisexual and transgender health in a South African health sciences faculty: addressing the gap. *BMC Medical Education*, 13, 1-7.
- Oliveira, G. S., *et al* (2018). Access by lesbians, gays, bisexuals and transvestites/transsexuals to the Basic Family Health Units. *Rev Rene*, 19, 25.

OLIVEIRA, S. W. (2020). Minorias sexuais e de gênero: Diversidade e adversidade. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 137-164.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração universal dos direitos humanos*. 1948.

PARANHOS, L. R., *et al* (2009). Análise do mercado de trabalho odontológico na região Sul do Brasil. *Revista da Faculdade de Odontologia-UPF*, 14(1).

RUSSELL, S., & MORE, F. (2016). Addressing health disparities via coordination of care and interprofessional education: lesbian, gay, bisexual, and transgender health and oral health care. *Dental Clinics*, 60(4), 891-906.

SALES, S. Q. L., de Faria, J. G. A., & Pina-Oliveira, A. A. (2019). Análise lexical sobre minorias sexuais e de gênero: perspectivas de estudantes de graduação em saúde. *Revista Saúde-UNG-Ser*, 13(3/4), 41-50.

SANTANA, A. D. S., *et al* (2020). Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista de enfermagem UFPE on line*, 14:e243211

SANTOS, A., DA FRANCA, C., & MENEZES, V. (2021). Fatores associados aos comportamentos de risco de jovens de minorias sexuais. *Revista de Extensão da UPE*, 6(1.1), 64-65.

TAYLOR, A. K., CONDRY, H., & CAHILL, D. (2018). Implementation of teaching on LGBT health care. *The clinical teacher*, 15(2), 141-144.

VAROTTO, B. L. R., *et al* (2022). População LGBTQIA+: o acesso ao tratamento odontológico e o preparo do cirurgião dentista-uma revisão integrativa. *Revista da ABENO*, 22(2), 1542-1542.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações geradas nesse trabalho permitem demonstrar, através do componente curricular, que disciplinas abordando minorias sexuais e de gênero ainda são pouco ofertadas nas universidades públicas, demonstrando a necessidade de repensar os planos pedagógicos dos cursos de odontologia, buscando promover a inclusão. É importante que o atendimento para essas pessoas seja abordado durante a graduação de odontologia, de modo que se forme e transforme profissionais aptos a prestarem atendimento a esses pacientes, além de preparados para atuarem de maneira multidimensional e sem distinções.